



ATA N.º 03/2026

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E SEIS

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião extraordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores: -----

Presidente: Fernando José Gouveia Caria (MVC)

Vereadores: Ilídio José Viegas Martinho Massacote (MVC)

Maria do Céu Santos Oliveira Simões (MVC)

Carla Ivone Vieira Fernandes Ferreira (CHEGA)

Carlos Manuel Teixeira Almeida (CHEGA)

Carlos Manuel da Silva dos Anjos (PS)

Pedro Nuno da Silva Vieira (PSD)

Às dezoito horas, com a presença da Técnica Superior, Dora Cristina Pinto Carvalho, o Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respetivos membros presentes. -----

Faltou por motivo justificado o Senhor **Vereador Nuno Filipe Folgado Valente (CHEGA)**, tendo informado que estaria ausente e em sua substituição compareceu a Senhora **Vereadora Carla Ivone Vieira Fernandes Ferreira (CHEGA)**. -----

Faltou por motivo justificado o Senhor **Vereador Ricardo Manuel Nogueira Bernardes (PS)**, tendo informado que estaria ausente e em sua substituição compareceu o Senhor **Vereador Carlos Manuel da Silva dos Anjos (PS)**. -----

Assim e constatada a existência de quórum o Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Fernando Caria**, cumprimentou as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os trabalhadores da Câmara Municipal, o público presente, bem como o público que acompanha a reunião através das diversas plataformas digitais e prestou uma **informação** intitulada **“Relatório Serviço Municipal Proteção Civil - Depressão Kristin - Madrugada de 28 de janeiro de 2026”**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Durante a madrugada e manhã de 28 de janeiro o concelho foi fustigado pela depressão Kristin. Tal como antecipado, o vento muito forte e a elevada



precipitação causaram quedas de árvores, danos em infraestruturas, vias rodoviárias e veículos, quer na cidade quer em todo o concelho do Montijo. --- O IPMA tinha atualizado para Laranja o Aviso de vento para o distrito de Setúbal. O Aviso Laranja compreendia o período entre as 00h00 e as 09h00 de quarta-feira, 28 de janeiro, com previsão de vento com rajadas até 100 km/h. ----- O pico de rajada de vento foi ainda superior, foram registadas rajadas de 108 km/h. -----

Árvores e postes de eletricidade ou comunicações caíram em diversas localidades, em todas as freguesias do concelho, impedindo o acesso a ligações rodoviárias em alguns casos. -----

A resposta dos serviços camarários, das forças de segurança e diversas entidades de proteção civil foram prontas a resolver ou mitigar as múltiplas ocorrências, estando trabalhos a decorrer em permanência. -----

A ocorrência de vento forte, em conjunto com precipitação sob a forma de aguaceiro, provocou: -----

Danos em estruturas montadas ou suspensas (Placards Publicitários) - 22; -----

Queda de árvores - 35; -----

Afetação de infraestruturas associadas às redes de comunicações e energia - 50; -----

Arrastamento de objetos soltos para as vias rodoviárias, nomeadamente mobiliário urbano e contentores de RSU, bem como o desprendimento de estruturas móveis ou deficientemente fixadas - 20; -----

Danos em habitações, com projeção de elementos para a via pública - 28; -----

Desalojados - 2 (Realojados em casa de familiares). -----

Diversas quedas de árvores nas principais vias ou áreas da cidade obrigaram a uma remoção inicial, para desobstrução das vias, para os passeios ou zonas adjacentes, pedindo-se a melhor compreensão e cuidado na circulação pedonal, até que esteja completa a remoção de árvores e sobrantes. -----

A Estrada Nacional n.º 5, a Estrada Nacional n.º 4 e a Estrada do Pau Queimado, entre outras, estiveram totalmente encerradas ao trânsito devido à queda de árvores e de infraestruturas elétricas e de comunicação. -----

Os trabalhos irão prolongar-se durante os próximos dias. Muitas habitações ainda não têm acesso a eletricidade ou comunicações, situação que está a ser tratada pelas respetivas operadoras. -----

Apela-se, por isso, à população para a adoção de comportamentos preventivos, de forma a reduzir os riscos de acidentes e ocorrências, nomeadamente através da verificação da fixação de estruturas soltas, como andaimes, placares e outras estruturas suspensas. -----



Deve ainda ser garantida a reposição e a adequada fixação de coberturas provisórias de edifícios, bem como proceder ao corte ou poda de árvores em risco de queda. Importa igualmente assegurar a recolha de materiais sobranes de obras e o correto acondicionamento dos estaleiros. -----
Embora estejam a decorrer intervenções em todos os locais, é essencial cumprir as indicações da Proteção Civil, das forças de segurança ou das juntas de freguesia.”. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Fernando Caria**, referiu ainda que, durante a madrugada, poderiam ainda ocorrer rajadas de vento forte e alguma precipitação, pelo que apelou a cuidados redobrados por parte da população. Acrescentou que as chuvas recentes agravaram o estado de várias estradas do concelho, tendo sido iniciados trabalhos de reparação com recurso a massas frias em diversas vias da cidade. Informou que os trabalhos terão continuidade nos próximos dias com as equipas operacionais disponíveis, destacando intervenções na Estrada do Seixalinho, na Rua Conde Paço Vieira, na Rua da Bela Vista, na Rua José Mundet, na Rua Gago Coutinho, na Avenida dos Direitos da Criança e na Rua Cidade de Angra Heroísmo. Por último, manifestou reconhecimento pelo esforço dos trabalhadores municipais, alguns dos quais se encontram em serviço contínuo desde a noite anterior, com o objetivo de mitigar os constrangimentos verificados no concelho. -----

O Senhor **Vereador Carlos Anjos**, no uso da palavra, questionou se o relatório da Proteção Civil já se encontrava do domínio público, referindo que muitos munícipes desconhecem as causas dos constrangimentos ocorridos e os motivos da demora na recolha e corte de árvores. Considerou que a divulgação desse relatório permitiria uma melhor compreensão da situação, uma vez que o mesmo se encontra devidamente detalhado. Defendeu ainda que seria benéfico para a Câmara Municipal e para o executivo tornar público esse relatório, de forma a preparar a população, salientando que a resolução da situação não será imediata e que os trabalhos poderão prolongar-se no tempo. Acrescentou que, segundo a informação disponível, a situação poderá agravar-se, estando previstas novas depressões meteorológicas nos próximos dias. Concluiu que a divulgação do relatório permitiria esclarecer a população quanto às medidas já adotadas e às que se encontram em curso. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Fernando Caria**, referiu que é intenção do executivo proceder à divulgação da informação, quer através das redes sociais da Câmara Municipal, quer, em particular, através dos meios dos próprios vereadores, dando conhecimento à população das ações já realizadas e das precauções a adotar nos próximos dias. -----



De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Fernando Caria, declarou aberto o período de: -----

----- ORDEM DO DIA -----

I - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA -----

1- PROPOSTA N.º 101/2026 - APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2026-2030), DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (2026-2030) E MAPA DE PESSOAL PARA 2026 E ANEXO - PLANO DE RECRUTAMENTO PARA O ANO DE 2026 -----

Considerando que: -----

- Os orçamentos das autarquias locais são elaborados nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelos Decretos Lei n.º 85/2016 e 33/2018, de 21 de dezembro e 15 de maio, respetivamente; do Regime Financeiro das Autarquias locais e das entidades intermunicipais - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e do ponto 3.3 plano oficial das autarquias locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54 A/99, de 22 de fevereiro, na versão atual; -----

- Os orçamentos das autarquias locais são anuais (artigo 9.º-A, n.º 1 da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na versão atual); -----

- Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º-A da referida Lei “*A elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado.*”; -----

- De acordo com o previsto no parágrafo 46.º da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do SNC-AP as demonstrações a elaborar são: Orçamento e plano orçamental plurianual e plano plurianual de investimentos; -----
Para além disso, atendendo ao disposto na al. e) do n.º 1 do art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), na sua redação atual, também deverão ser elaboradas, neste contexto, as “atividades mais relevantes da gestão”; ----

- Nos termos do disposto no parágrafo 17 da Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1) do SNC-AP as entidades públicas devem preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração de fluxos de caixa; -----

- O orçamento municipal compreende “(...) *todas as receitas e despesas de todos os seus órgãos e serviços sem autonomia financeira.*” (artigo 9.º-B, n.º 1 Lei n.º 73/2013) e inclui os elementos identificados no artigo 46.º da mesma Lei; -----



- Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal as Opções do Plano e a proposta do Orçamento (alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na versão atual);
- Nos casos em que as eleições para o Órgão Executivo municipal ocorram entre 30 de julho e 15 de dezembro, a proposta de Orçamento Municipal para o ano económico seguinte é apresentada no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse (n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na versão atual); -----
- Após aprovação do mapa «Demonstração do desempenho orçamental» pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental (artigo 124.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro (LOE2026));
- O mapa de demonstração de desempenho orçamental foi aprovado pela deliberação n.º 93/2026 de 21 de janeiro; -----
- O saldo orçamental da gerência anterior no valor de 19.929.034,10€ foi incluído na elaboração do Orçamento; -----
- A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na redação atual, determina no n.º 1 do artigo 28.º que “O empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis”; -----
- Referem ainda os n.ºs 2 e 4 do mesmo artigo que: “O planeamento a que se refere o número anterior deve incluir eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo mapa de pessoal” e que “Os elementos referidos nos números anteriores devem acompanhar a proposta de orçamento”; -----
- O mapa de pessoal integra o número de postos de trabalho que cada unidade orgânica carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: -----
- “a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela órgão da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.” (artigo 29.º, n.º 2 LTFP); -----



- O Mapa de Pessoal do Município do Montijo para o ano de 2026 foi elaborado na sequência de um processo de revisão dos perfis profissionais existentes, privilegiando uma lógica de racionalização, simplificação e agregação de perfis funcionalmente homogêneos, em conformidade com o conteúdo funcional legalmente definido para cada carreira e categoria e com o Referencial de Competências da Administração Pública (ReCAP), aprovado pela Portaria n.º 214/2024/1, de 20 de setembro; -----
 - O referido Mapa prevê para cada unidade orgânica, a identificação do número de postos de trabalho ocupados e vagos, de natureza permanente, temporária ou em comissão de serviço, bem como a respetiva caracterização por carreira/categoria ou cargo, área de formação académica e/ou profissional e conjunto de funções, atividades e perfil de competências associado; -----
 - São igualmente identificados, os postos de trabalho cuja caracterização implica o exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, com indicação dos respetivos níveis, determinados com base nas avaliações de riscos profissionais realizadas no âmbito do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho; -----
 - O plano de recrutamento para o ano de 2026 reflete as necessidades de recursos humanos decorrentes do Mapa de Pessoal, identificando os postos de trabalho a prover por carreira/categoria ou cargo, perfil de competências e área de formação, em coerência com a estrutura organizacional em vigor. -----
- PROPONHO:** -----
- Que o Executivo Municipal delibere, nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na versão atual, do n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na versão atual e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na versão atual, aprove os documentos seguintes, que se anexam e se dão por integralmente reproduzidos: -----
1. Proposta de Orçamento Municipal e Plano Orçamental Plurianual (2026-2030); Grandes Opções do Plano (2026-2030) consubstanciadas no Plano Plurianual de Investimentos (2026-2030) e Plano de Atividades Municipal (2026-2030). -----
 2. Mapa de Pessoal para o ano 2026 e Anexo - Plano de Recrutamento para o ano 2026. -----
- (Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal) -----



f
D

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Fernando Caria**, antes de proceder à introdução do Orçamento Municipal, do Plano Orçamental Plurianual das Grandes Opções do Plano e do Mapa de Pessoal para o ano de 2026, referiu que foi cumprido o Estatuto da Oposição, tendo o esboço do orçamento sido enviado a todos os partidos com assento na Assembleia Municipal, de forma a permitir a apresentação de contributos, os quais foram apreciados em reunião realizada nove dias úteis após o envio do documento. --

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Fernando Caria**, leu ainda duas declarações, cujo teor a seguir se transcreve: -----

1. Declaração -----

“O Orçamento Municipal para 2026, no valor de 83 milhões, trezentos e nove mil, 856 euros e 37 cêntimos, traduz as opções de governação deste Executivo num quadro de rigor, responsabilidade e sustentabilidade financeira, assegurando o normal funcionamento da atividade municipal e a continuidade dos serviços públicos prestados à população. -----

Trata-se de um orçamento realista, construído com base nas condições financeiras atualmente disponíveis, que privilegia a estabilidade das contas municipais e a gestão criteriosa dos recursos públicos, sem comprometer a capacidade futura do Município para responder a novos desafios e oportunidades. -----

Importa, contudo, afirmar de forma clara que o Orçamento de 2026 não integra ainda a totalidade das iniciativas e investimentos que se pretende concretizar ao longo do mandato. Muitas das medidas estruturantes que fazem parte da visão estratégica para o concelho dependem, necessariamente, da obtenção de financiamento externo, seja através de fundos comunitários e nacionais, do recurso ponderado ao endividamento municipal ou de soluções desenvolvidas em parceria com outras entidades públicas ou privadas. Este orçamento assume, por isso, uma lógica de base responsável, criando as condições necessárias para avançar de forma sustentada à medida que esses financiamentos venham a ser assegurados. -----

Ainda assim, o presente Orçamento de 2026 reflete orientações claras quanto às áreas que se pretende reforçar progressivamente. -----

Nesse sentido, está prevista a continuidade do esforço municipal no domínio da saúde, das instalações escolares, manutenção e conservação do património municipal e espaço público e, de forma particularmente relevante, na criação de condições para aumentar a oferta de habitação acessível, reconhecendo-se que esta constitui uma das principais preocupações sociais do concelho. -----

O presente orçamento deve, assim, ser entendido como um instrumento de equilíbrio e de preparação do futuro: assegura a gestão responsável do



presente, permite estruturar projetos e candidaturas e posiciona o Município para concretizar, de forma gradual e sustentável, os investimentos que se considerem prioritários para o desenvolvimento do Montijo. -----

Com este Orçamento, reafirma-se o compromisso de uma governação séria, prudente e orientada para o interesse público, colocando sempre o bem-estar da população e a sustentabilidade do Município no centro da ação municipal. - Para além do volume global de investimento programado, o aspeto determinante é a capacidade efetiva de execução. A experiência de exercícios anteriores demonstra que níveis elevados de dotação não se traduzem, por si só, em concretização material dos investimentos. -----

O Orçamento para 2026 procura, por isso, assumir uma lógica mais operacional, alinhando programação financeira com a capacidade real dos serviços. -----

Uma parte significativa do investimento previsto, designadamente em Administração Geral, equipamentos, frota, informática e manutenção, visa dotar os serviços municipais dos meios técnicos, humanos e logísticos necessários para executar o orçamento planeado. Este reforço é entendido como condição prévia para melhorar taxas de execução, reduzir atrasos procedimentais e aumentar a autonomia operacional dos serviços. -----

A existência de projetos com dotação reduzida em 2026 e expressão relevante em anos seguintes reflete uma opção deliberada de faseamento, permitindo maturar projetos, assegurar enquadramento técnico e jurídico e estruturar soluções de financiamento antes da execução plena. Esta abordagem pretende reduzir riscos de reprogramação excessiva e de subexecução. -----

Sendo o Orçamento Municipal um instrumento dinâmico, será ao longo do exercício, ajustado e alterado sempre que necessário, em função das prioridades decorrente do programa eleitoral, da evolução das necessidades do Concelho e das oportunidades de financiamento que venham a surgir. -----

A concretização dos investimentos previstos assentará na procura ativa de financiamento externo responsável, incluindo fundos comunitários, programas nacionais, parcerias institucionais e, quando adequado, recurso prudente a endividamento. Esta estratégia visa garantir a execução dos projetos estruturantes sem comprometer o equilíbrio financeiro, a sustentabilidade orçamental e a autonomia futura do Município. -----

Em síntese, o Orçamento de 2026 afirma uma mudança de estratégia face ao passado: mais que maximizar valores inscritos, pretende-se assegurar capacidade de execução, coerência e resultados concretos no território, colocando os investimentos ao serviço das pessoas, da economia local e da qualidade dos serviços públicos. -----

Das principais ações a desenvolver destacam-se: -----



Conclusão da Loja do Cidadão; -----
Início da requalificação da biblioteca- substituição da cobertura em fibrocimento; -----
Manutenção e recuperação de edifícios municipais, dotando-os de melhores condições para funcionários e munícipes; -----
Transformação digital, tornando os serviços mais simples e próximos dos cidadãos; -----
Reforço da Frota e meios operacionais na Higiene Urbana; -----
Implementar agenda para o Bem Estar Animal; -----
Ampliar e reabilitar os espaços escolares, Centro Escolar de Pegões, Escola D. Pedro Varela e Escola Poeta Joaquim Serra; -----
Concretizar o Pólo Tecnológico da EPM-AFPDM; -----
Candidatura ao projeto “Educar para Transformar”; -----
Oferta gratuita e universal de música e desporto no pré-escolar público; -----
Requalificação de Unidades de Saúde existentes e planeamento de novas unidades integradas no plano municipal; -----
Conclusão do Edifício da Trabatijo para Serviços da Cultura e Juventude; -----
Dinamização do Potencial estratégico da embarcação tradicional do Tejo, incluindo novo cais de acostagem (em colaboração com APL); -----
Início da Reabilitação dos Bairros de Habitação Municipal, começando pelo Esteval e Caneira; -----
Conservação e reparação de habitações sociais; -----
Reabilitação fogos municipais devolutos e abertura de concurso para atribuição; Alojamento urgente e temporário; -----
Desenvolver o Loteamento para Habitação e Serviços na antiga Fábrica do Izidoro; -----
Iniciar a concretização do Parque Urbano da Frente Ribeirinha e Corredor Verde; -----
Iniciar a requalificação do Parque Municipal do Montijo; -----
Reabilitação do Estádio Municipal da Liberdade; -----
Requalificação e aquisição de equipamentos desportivos; -----
Execução da 2.º fase de Iluminação pública EN252 (ciclovia); -----
Repavimentação da E.M.533 – que serve Canha; -----
Requalificação da Estrada do Seixalinho; -----
Repavimentação e melhoramentos em diversos arruamentos, estradas e caminhos em todas as freguesias do concelho; -----
Conclusão da Revisão do Plano Diretor Municipal-PDM; -----
Iniciar processos de planeamento do território em diversos locais do concelho.”



2. Declaração -----

“Em cumprimento do enquadramento legal aplicável e no exercício das responsabilidades do município em matéria de planeamento e gestão dos seus recursos humanos, é apresentada à apreciação desta Câmara Municipal a proposta de mapa de pessoal do Município do Montijo para o presente ano, tendo em conta as necessidades efetivas dos serviços e as atividades a desenvolver no próximo exercício. -----

Cumprindo com o disposto no artigo 29.º da Lei do Trabalho em Funções Públicas, o mapa de pessoal identifica os postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das atividades municipais, devidamente caracterizados em função das atribuições, carreiras, categorias, áreas de formação e perfis de competência. -----

O mapa deste ano resulta de um processo de revisão orientado para a racionalização dos perfis existentes, o alinhamento com o referencial de competências da Administração Pública e a atualização das competências comportamentais exigidas, promovendo maior coerência e flexibilidade organizacional. -----

Uma das opções estruturantes do mapa de pessoal para 2026 consiste na reorganização e agregação de perfis que até aqui se encontravam definidos de forma excessivamente fragmentada. Esta abordagem visa simplificar e clarificar os conteúdos funcionais, tendo em conta a existência de funções semelhantes ou complementares, enquadráveis no mesmo conteúdo funcional legal das respetivas carreiras e categorias, e permite reforçar uma gestão mais eficiente dos recursos humanos, promovendo maior mobilidade interna, flexibilidade funcional e uma afetação mais ajustada dos trabalhadores às necessidades dos serviços. -----

A integração das competências comportamentais previstas no RECAP reforça a coerência entre os diferentes processos de gestão de pessoas, nomeadamente o recrutamento, a formação, a avaliação do desempenho e o desenvolvimento profissional, constituindo um contributo relevante para a modernização e valorização dos recursos humanos. -----

Relativamente à distribuição percentual dos postos de trabalho, as carreiras gerais apresentam cerca de 96% do total de postos de trabalho constantes no mapa de pessoal em 2026, sendo 195 técnicos superiores, 273 assistentes técnicos e 849 assistentes operacionais. -----

No que se refere à modalidade de relação jurídica de emprego público, 84% dos postos de trabalho previstos no mapa correspondem a um vínculo por tempo indeterminado, enquanto os restantes correspondem a postos de trabalho com vínculo por tempo determinado ou em comissão de serviço. -----



No plano de recrutamento para o próximo ano, 73% das necessidades dos serviços referem-se a postos de trabalho com vínculo por tempo indeterminado, de modo a que os serviços fiquem capacitados de recursos humanos capazes de acompanhar as necessidades permanentes resultantes do crescimento do município ao longo dos anos.”. -----

O Senhor Vereador Carlos Almeida, no uso da palavra, cumprimentou o Senhor Presidente, a Senhora Vereadora e os Senhores Vereadores, e informou que a Senhora Vereadora Carla Ferreira faria uma intervenção de natureza política e que posteriormente faria uma análise de carácter mais técnico ao orçamento.

A Senhora Vereadora Carla Ferreira, no uso da palavra, cumprimentou o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os funcionários da Câmara e os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais e leu uma declaração, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“O executivo apresenta hoje um orçamento para 2026 que ultrapassa largamente aquilo que seria expectável de um executivo que se afirmou como independente. Na prática, não estamos perante o novo ciclo político, mas sim perante a continuidade integral das opções socialistas que marcaram a governação municipal nas últimas décadas. Se no passado recente o Partido Socialista nos habituou a certas medidas, este executivo opta agora por nos apresentar um resultado que é rigorosamente o mesmo. Este orçamento não traduz qualquer rotura estratégica, pelo que contrário, reflete os vícios estruturais no passado, acrescenta uma nova variável igualmente socialista, a expansão descontrolada do aparelho administrativo, assente na lógica do contratador e contratar. Não existe neste documento qualquer estratégia séria, inovadora, de captação de receita que não passe pelos instrumentos de costume, impostos, taxas e pequenas taxas, sendo suportadas pelos mesmos contribuintes. O executivo opta por ignorar alternativas estruturantes que poderiam gerar receitas sustentáveis, como, por exemplo, a criação de um polo industrial, uma Up tecnológica capaz de atrair investimento, gerar emprego qualificado e criar receita direta através de rendas e impostos, em vez de continuar a sobrecarregar famílias e empresas locais. Este crescimento exponencial, despesa com pessoal, compromete investimentos essenciais e urgentes, como as escolas, a rede viária, infraestruturas básicas com o concelho que continua a exigir. Mais grave ainda, esta política coloca em causa a valorização efetiva dos trabalhadores que já servem a autarquia, quer ao nível salarial, quer nas condições de trabalho. O que se observa é um preenchimento acrítico de mapa de pessoal, transformando esta coligação MVC/PSD numa verdadeira agência municipal de emprego, o que não pode acontecer, repetindo, fielmente práticas que marcaram os últimos vinte e oito anos da



governação local. Recordamos que uma das linhas fundamentais do nosso programa passava por um choque tecnológico e organizacional, apostando na digitalização dos serviços, na eficiência administrativa e na valorização técnica dos trabalhadores, não no crescimento da máquina burocrática. Ao analisarmos o mapa de pessoal, surgem verdadeiras curiosidades administrativas: fotógrafos, técnicos superiores de comunicação e relações públicas e outros perfis cuja utilidade operacional levanta legítimas dúvidas. Parece assim que parte significativa da máquina da campanha MVC encontrou agora acolhimento nos quadros da Câmara Municipal. Já existiam sinais preocupantes, o administrador delegado dos SMAS que integra a lista do MVC, contratações pouco claras na área dos roteiros culturais e agora este autêntico assalto à sustentabilidade financeira da autarquia. Nas grandes opções do plano persistem fragilidades sérias. Destacamos a previsão de cerca de quinze milhões de euros em obras, valor manifestamente insuficiente para intervenção estruturante. O exemplo da ciclovia Montijo/Atalaia que constava no nosso programa ilustra bem este problema. Trata-se de uma obra importante, mas claramente suborçamentada, o que antecipa atrasos e derrapagens. O Montijo não precisa de mais ‘obras de Santa Engrácia’, já temos exemplos suficientes, como a piscina, a casa mortuária de Sarilhos, o espaço Domus. Por fim, não podemos deixar de referir os incumprimentos reiterados no estatuto da oposição. O diálogo político tem sido praticamente inexistente, aproximando-se perigosamente do autismo político que caracterizou o mandato do anterior presidente da câmara. Aplica-se assim ao atual executivo uma velha máxima: ‘Bem prega Frei Tomás: Faz o que ele diz, não faças o que ele faz’.”. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Fernando Caria, considerou que a declaração proferida pela Senhora Vereadora Carla Ferreira, revelava incongruência e que o orçamento não teria sido devidamente lido ou compreendido, uma vez que foram criticadas opções que o próprio documento já contempla. Considerou ainda que as críticas apresentadas foram inconsistentes e que não é adequado continuar a analisar o presente com base exclusiva no passado. Referiu que serão criadas as condições, já mencionadas na sua declaração, nomeadamente através da apresentação de candidaturas ao PRR, a fundos europeus, bem como de candidaturas de âmbito local e nacional, e ainda através de parcerias com entidades públicas e privadas. Acrescentou que existe um conjunto de medidas que poderá ser desenvolvido ao longo da execução do orçamento, permitindo a realização das obras necessárias ao desenvolvimento do concelho. Referiu que voltou a ser mencionado o diretor delegado dos Serviços Municipalizados, situação que já havia sido abordada anteriormente, salientando que não se trata da Câmara Municipal de Albufeira,



7
R

pelo que deve haver cuidado na forma como se formulam e expressam as críticas. Concluiu afirmando que o executivo é recetivo a críticas construtivas, respeitando a diversidade de opiniões e que as posições expressas ficaram devidamente registadas em ata. -----

A Senhora **Vereadora Carla Ferreira**, no uso da palavra, disse que não iria entrar em comparações relativas a outras câmaras municipais, salientando que, ao mencionar “obras de Santa Engrácia”, se referia a projetos que foram sucessivamente anunciados ao longo dos anos sem conclusão, manifestando a expectativa de que as obras agora previstas venham efetivamente a ser concluídas, afirmando que, nesse caso, será a primeira a reconhecer o mérito do executivo. Relativamente ao PRR, alertou para o facto de os prazos se encontrarem próximos do término, manifestando dúvidas quanto à capacidade de cumprimento dos mesmos e considerando ter sido clara na sua posição. ----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Fernando Caria**, referiu que a classificação de determinadas intervenções como “obras de Santa Engrácia” seria pertinente apenas caso, no futuro, se verificasse a não conclusão das mesmas, considerando prematuro esse tipo de crítica no momento atual. Acrescentou que críticas feitas sem fundamento não são adequadas, sobretudo no contexto institucional em causa, reiterando, ainda assim, que a intervenção ficou registada, tendo agradecido a mesma. -----

O Senhor **Vereador Carlos Almeida**, no uso da palavra, colocou dúvidas relativamente ao Orçamento, solicitando esclarecimentos sobre o aumento significativo da despesa corrente, em particular da despesa com pessoal, que passa de 23,6 milhões de euros para 29,1 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de cerca de 5,5 milhões de euros, questionando se tal aumento se justifica pelas novas contratações previstas no mapa de pessoal para 2026. Questionou igualmente o aumento das despesas com aquisição de bens e serviços, referindo que a análise é efetuada através da comparação entre o orçamento de 2025 e o orçamento proposto para 2026, independentemente do nível de execução do orçamento anterior, por considerar ser essa a única forma de permitir uma análise clara e objetiva. Salientou o aumento muito significativo da despesa com aquisição de bens e serviços, que passa de 13,6 milhões de euros para 26,6 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de cerca de 13 milhões de euros, próximo de 100%. Solicitou esclarecimentos concretos quanto às rubricas de aquisição de serviços, designadamente no que respeita a despesas com estudos, pareceres, projetos e consultadoria, no montante aproximado de 784 mil euros, a outros trabalhos especializados, no valor de cerca de 5,7 milhões de euros, e a outros serviços, no montante



aproximado de 8,2 milhões de euros, referindo que estas verbas se encontram agregadas na rubrica de serviços gerais, podendo posteriormente ser analisadas por departamento. Relativamente à receita, disse que a receita corrente apresenta um crescimento bastante inferior ao da despesa corrente, referindo um aumento de cerca de 2,1 milhões de euros em impostos diretos, menos de 1 milhão de euros em taxas e multas e um acréscimo nas transferências correntes, enquanto a despesa corrente aumenta em mais de 20 milhões de euros, contrastando com um crescimento da receita corrente de apenas cerca de 4 milhões de euros. Manifestou preocupação quanto ao tipo de receitas previstas no orçamento, considerando necessária a diversificação das fontes de receita de forma a permitir o investimento continuado na cidade. Destacou a excessiva dependência do saldo de gerência, referindo que, sem a sua utilização, o orçamento apresentaria défice, uma vez que as despesas correntes superam as receitas correntes, sendo compensadas com um saldo de gerência na ordem dos 10 milhões de euros. No âmbito do equilíbrio financeiro do orçamento, assinalou a eventual existência de uma incorreção nos valores apresentados relativos às amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, apontando discrepância entre o montante indicado nos rácios do equilíbrio orçamental e o valor constante no respetivo gráfico, sugerindo tratar-se de um possível erro de transcrição. Concluiu alertando que a manutenção do atual nível de despesa corrente, superior à receita corrente, poderá conduzir ao esgotamento do saldo de gerência a médio prazo, caso esta tendência se mantenha nos próximos anos, apesar de o orçamento estar previsto ser revisto a curto prazo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Fernando Caria, começou por responder às preocupações relativas à utilização do saldo de gerência, esclarecendo que o orçamento foi elaborado com base nos dados disponíveis no momento, prevendo-se a sua revisão ao longo do ano sempre que necessário, tanto do lado da despesa como da receita. Relativamente ao mapa de pessoal, afirmou que este foi reduzido face ao ano anterior, ainda que o aumento da despesa resulte essencialmente dos encargos salariais e dos custos associados, salientando que o número de trabalhadores é inferior ao do ano anterior. Quanto à aquisição de bens e serviços, explicou que os valores previstos para projetos e consultorias estão diretamente relacionados com as obras que o executivo pretende executar, referindo, a título de exemplo, intervenções previstas na zona ribeirinha, cujos custos se encontram refletidos nas respetivas rubricas orçamentais. Acrescentou que, caso seja necessário, a matéria poderá ser aprofundada, sublinhando que a concretização de obras implica necessariamente despesa, defendendo que o orçamento é equilibrado.



Dirigindo-se à Senhora Vereadora Carla Ferreira referiu que o executivo cumpriu o Estatuto da Oposição, tendo promovido reuniões com os partidos com assento na Assembleia Municipal, rejeitando a ideia de falta de diálogo com a oposição, o qual afirmou que continuará ao longo do mandato. Concluiu referindo que as opções orçamentais refletem a estratégia do executivo, reconhecendo que poderão divergir das da oposição, e salientou que a execução do orçamento estará sujeita ao acompanhamento e “fiscalização” dos senhores vereadores ao longo do ano. -----

O Senhor Vereador Pedro Vieira, no uso da palavra, cumprimentou o executivo presente, o público que se encontrava na sala, os cidadãos que acompanhavam a sessão online e leu uma **declaração**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“No que se refere à proposta para o Orçamento Municipal, Plano Orçamental Plurianual (2026-2030), Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoa apresentados para o ano de 2026, tem-se a referir o seguinte: -----

A proposta apresentada reflete as necessidades iniciais para o presente ano, e encontrando-se limitada apresentado por um executivo que tomou posse há menos de 3 meses, definido assim essencialmente as necessidades prementes identificadas pelos serviços, bem como incorporando já algumas necessidades decorrentes da ação do atual executivo. -----

No que respeita aos pelouros por mim administrados, na área da habitação este orçamento acomoda as ações atualmente em curso, bem como as cuja ativação se demonstra mais urgente, salientando-se a reabilitação de fogos devolutos o início da construção de mais fogos municipais, ampliando a oferta de habitação, facto que não se realizava há mais de 20 anos, tornando assim possível o início da empreitada de construção de fogos candidatados no âmbito do PRR, e cuja execução possa transitar para o âmbito do mecanismo de financiamento decorrente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 129/2024 e enquadramentos legais subsequentes. Desta forma, será possível integrar o desenvolvimento outras ações futuras para construção de fogos promovidos pelo município, há muito propagandeadas, mas de facto nunca efetivadas pelo executivo anterior. -----

Atualmente, já foi desencadeado o processo visando a conclusão da Carta Municipal da habitação, que será submetida a aprovação a este órgão ainda este ano, bem como se prepara a revisão da Estratégia Local de Habitação, de modo a ter as ferramentas necessárias para concorrer aos mecanismos de financiamento existentes, bem como aqueles que se estão em preparação em conjunto pelo Estado Central, Banco Português de Fomento e BEI. -----

Estamos igualmente a iniciar o processo para o Loteamento do espaço da Antiga Fábrica do Izidoro, prevendo a sua vocação para Habitação a Custo Acessível,



incluindo também espaços para albergar diversas valências necessárias do município ao serviço da população. -----

Finalmente, está em germinação o processo de lançamento de mais oferta de habitação para arrendamento acessível, permitindo o acesso à habitação às famílias que têm rendimentos mais limitados provenientes do produto do seu trabalho. Aqui se enquadram parcerias de toda a latitude das quais se salientam o fomento de cooperativas de habitação a desencadear no âmbito de um programa de habitação específico para esse efeito, e que decorrerá dos documentos estratégicos e financiamento agora apresentados. -----

No âmbito do Planeamento e Ordenamento do Território, iniciou-se já o processo de requalificação da Frente Ribeirinha e corredor verde, encontrando-se em fase de projeto, estando em preparação o início de outros instrumentos de planeamento para ampliar a Frente Ribeirinha, o desenvolvimento urbano e a requalificação do centro Histórico da cidade do Montijo e outros processos de planeamento local em diversas Freguesias, ampliando a regeneração urbana dos espaços mais característicos da identidade do nosso concelho, enquadrando a reabilitação de imóveis devolutos nas diversas localidades, ampliando as soluções de habitação e promovendo também a dignificação e fixação do comércio tradicional, de há muito esquecido. -----

Ponto chave do atual mandato é o compromisso em encerrar o capítulo da interminável da Revisão do Plano Diretor Municipal, cujo desfecho se prevê para este ano de 2026, por imperativo legal. -----

Atualmente o PDM está numa fase de readequação para incorporação da definição da nova localização do aeroporto, bem como considerar alguns ajustes necessários para incorporar objetivos programáticos estratégicos do atual executivo municipal, e que enquadrando necessidades urgentes, desde logo o espaço canal para a 2.ª ligação à Ponte Vasco da Gama, a nova Frente Ribeirinha concretizando melhores acessos ao Centro, o desenvolvimento da mobilidade nas diversas freguesias, e a definição de um local para um Campus dedicado à Saúde, e opções para fomento da habitação e atividades económicas. -----

Finalmente e no que se refere à melhoria da relação do município com os cidadãos, não poderia deixar de salientar o “reset” feito ao Gabinete de Atendimento ao Múncipe, reiniciando praticamente do zero a forma de tratamento interno da informação, coordenando a resposta às questões e comunicações externas com o múnícipe, que se pretende mais célere, transparente e eficaz, a iniciar no próximo mês de fevereiro de 2026. -----

Este orçamento traduz assim a realidade transformadora iniciada pelo atual executivo, que tomou posse em novembro de 2026, e que em menos de 3 meses



colocou no alto da fasquia as necessidades concretas da nossa população, das atividades económicas e dos funcionários municipais, todos colaborando em conjunto para um Montijo mais justo, solidário, atrativo e muito ambicioso por um Futuro próximo com Melhor Qualidade de Vida. Não podemos perder mais oportunidades! -----

Porque o Montijo Merece Sempre Mais, votámos favoravelmente o presente orçamento municipal.”. -----

O Senhor Vereador **Pedro Vieira**, ainda no uso da palavra, disse que a declaração anteriormente proferida integraria igualmente como uma declaração de voto, reiterando que o Montijo merece sempre mais. Teceu considerações relativamente ao que havia sido dito, referiu que, embora lhe cause algum desconforto, tal situação se enquadra no ADN do partido CHEGA, que, no seu entender, tende a abordar determinadas matérias de forma afastada daquilo que considera serem as situações reais. Acrescentou que essa postura conduz frequentemente a um esforço excessivo na construção do discurso, criando um desfasamento entre o que se pretende transmitir e aquilo que é percecionado como a realidade. Relativamente à afirmação de que o orçamento seria de continuidade, considerou que tal apreciação não corresponde à realidade, admitindo que essa perceção possa resultar do facto de a Senhora Vereadora estar há pouco tempo em funções e não ter acompanhado a atuação de executivos anteriores, salientando que a realidade atual é substancialmente diferente da do passado. Referiu que, enquanto vereador e deputado municipal em momentos anteriores, pode constatar diferenças significativas na atuação deste executivo comparativamente aos anteriores, nomeadamente no que respeita à convivência saudável, debate de ideias e apresentação de soluções. Relativamente às críticas de falta de estratégia de captação de receitas e de atração de investimento, afirmou que o orçamento apresentado é recente e que estas estratégias, por se tratar de um executivo que iniciou funções há apenas três meses, ainda não se encontram implementadas. Disse que afirmar que o executivo não é capaz não corresponde à realidade, explicando que nenhum executivo, ao iniciar funções, parte do mesmo ponto ou com experiência acumulada. Considerou que um executivo do partido CHEGA não chegaria ao Município do Montijo e o transformaria da forma como foi transmitido pela Senhora Vereadora, entendendo, por isso, que tal afirmação é injusta. Acrescentou que não afirma que um eventual executivo do CHEGA não pudesse ser diferente, admitindo que poderia sê-lo, contudo, rejeitou categoricamente a ideia de que o atual executivo seja igual ao anterior. Disse ainda que, nas áreas sob a sua responsabilidade, bem como naquelas que acompanha e nas interações que mantém com os restantes



membros do executivo, as diferenças são evidentes e significativas, salientando que, no que respeita à ativação das respostas necessárias nas áreas da educação, habitação e ação social, bem como ao planeamento dos investimentos necessários e ambicionados para o concelho do Montijo, é imprescindível assegurar a existência de projetos e ações devidamente estruturados. Acrescentou que estes devem ser planeados, programados em termos orçamentais e sustentados por mecanismos adequados de financiamento, referindo que, por vezes, esses mecanismos incluem instrumentos como do Banco Europeu de Investimento (BEI). Informou que, ainda nessa semana, reuniu com o Banco de Fomento, tendo sido um dos primeiros municípios a estabelecer contacto com aquela entidade, referindo que municípios de maior dimensão ainda não iniciaram sequer conversações nesse âmbito. Acrescentou que os referidos mecanismos de financiamento ainda não se encontram disponíveis, pelo que o trabalho desenvolvido teve como objetivo compreender as soluções que estão a ser preparadas e, paralelamente, assegurar que, do lado do Município, estejam reunidas as condições necessárias para, assim que esses mecanismos sejam criados, existirem respostas prontas a submeter. Esclareceu ainda que tais processos não podem constar do orçamento, uma vez que o respetivo financiamento ainda não existe, não sendo possível orçamentar verbas para mecanismos inexistentes. Referiu a necessidade de o Município se ajustar à realidade existente, esclarecendo que existem financiamentos expectáveis que se encontram a ser negociados, quer ao nível europeu, junto do Banco Europeu de Investimento, quer ao nível nacional, através da criação de mecanismos destinados a captar investimento que, posteriormente, será canalizado pelas entidades bancárias para o financiamento das respetivas operações. Acrescentou que, caso o partido CHEGA dispusesse desse conhecimento e o transmitisse aos seus vereadores, estes compreenderiam que determinados mecanismos ainda não existem, o que justificaria a inexistência dessas matérias no orçamento. Referiu ainda que, no âmbito do planeamento, o Plano Diretor Municipal (PDM) é particularmente exigente e implicará um elevado grau de complexidade, pelo que não considera estranha a necessidade de aquisição de serviços externos para dar resposta a problemas concretos, nomeadamente a operacionalização do PDM ou de outros instrumentos de planeamento territorial. Explicou que tais processos exigem equipas técnicas especializadas que o Município do Montijo não dispõe nos seus quadros, nem poderia constituir em tempo útil através de contratação, atendendo à morosidade inerente aos procedimentos de recrutamento. Salientou que os processos de contratação pública de recursos humanos são morosos, envolvendo procedimentos formais



como concursos, júris e avaliações, não sendo possível aguardar pela sua conclusão face à urgência das necessidades existentes. Nesse sentido, considerou indispensável o recurso a técnicos altamente qualificados, nomeadamente nas áreas jurídica, do urbanismo e noutras áreas especializadas, para apoio aos serviços municipais. Referiu ainda que, embora os quadros atualmente afetos a essas áreas sejam competentes, não dispõem de todas as competências necessárias para assegurar, de forma autónoma, a tramitação e conclusão bem-sucedida dos processos em causa. Assim, defendeu a necessidade incontornável de apoio técnico externo, considerando que tais contratações se encontram plenamente justificadas. Acrescentou que, na ausência de recursos humanos disponíveis, de tempo útil para proceder a novas contratações e para as integrar no mapa de pessoal, não existe alternativa viável. Sublinhou ainda a urgência em resolver matérias de planeamento, designadamente o Plano Diretor Municipal, cuja resolução se encontra há demasiado tempo pendente, considerando, por isso, que estas necessidades devem ser assumidas como um ponto-chave no orçamento municipal. Em resposta ao Senhor Vereador Carlos Anjos, relativamente ao Mapa de Pessoal, esclareceu que o documento não contempla a totalidade das necessidades existentes, incluindo apenas aquelas consideradas mais urgentes, em função do necessário equilíbrio orçamental. Referiu que não é possível acolher todas as necessidades de forma imediata e que, em áreas como a arquitetura e a engenharia, já se encontram a decorrer processos de contratação, ainda que insuficientes, prevendo-se um reforço gradual dos recursos humanos. -----

O Senhor Vereador Carlos Anjos, no uso da palavra, cumprimentou o Senhor Presidente, os Senhores e as Senhoras Vereadoras, os funcionários da Câmara Municipal, com especial referência aos que estiveram a trabalhar durante a madrugada, bem como os munícipes que acompanhavam a reunião por via online. Disse que tinha uma dúvida decorrente da última reunião do Estatuto da Oposição, na qual lhe foi transmitido, entendimento que disse ter apreendido como correto, que o documento em apreciação correspondia a um orçamento inicial, porque o executivo ainda não dispunha de tempo suficiente para preparar o orçamento. Acrescentou que o orçamento em discussão foi elaborado essencialmente com base nas informações fornecidas pelos serviços e em despesas consideradas urgentes, e que, no prazo de dois a três meses, seriam realizadas novas reuniões para preparar uma segunda versão do orçamento, permitindo a cada grupo parlamentar apresentar as suas propostas. Assim, ao longo do ano, existiriam dois momentos orçamentais distintos, sendo o presente orçamento necessário para cumprir os prazos legais exigidos à Câmara Municipal e o outro a preparar posteriormente, permitiria já observar



a estratégia deste executivo e da maioria para o período seguinte. Destacou que, nessa perspetiva, o orçamento atualmente em discussão tem um carácter quase tácito de aprovação inicial, prevendo-se alterações futuras. Disse que o orçamento em discussão é da responsabilidade da presente maioria, esclarecendo que, caso fosse de outra maioria, seja do CHEGA ou do Partido Socialista, possivelmente apresentaria opções diferentes. Acrescentou que os grupos farão chegar as suas propostas, reconhecendo que este é o orçamento da atual maioria, o qual será posteriormente elogiado se resultar bem ou criticado se apresentar falhas. Sublinhou que não se pretende que a maioria governe com um orçamento que não seja o seu, por entender que tal retiraria legitimidade para exercer críticas. Quanto à questão do mapa de pessoal do Município, reconheceu que a Câmara Municipal de Montijo possui, provavelmente, um dos quadros de pessoal mais reduzidos face à dimensão do município. Referiu que esta situação, em parte, se arrasta desde o período da pandemia de COVID-19, e que nenhuma organização consegue funcionar eficazmente sem chefias e equipas responsáveis pela execução das tarefas. Apontou áreas em que considera o quadro deficitário: na área jurídica, devido a coimas não executadas, situação assinalada pela GNR e pela PSP, que implica perda de receita municipal por falta de pessoal capacitado para instruir os processos atempadamente; na área de engenharia e arquitetura, dada a escassez de engenheiros e arquitetos; e na área da fiscalização, considerada crítica, onde mesmo com o concurso previsto de oito ou nove profissionais, o número de fiscais continuará reduzido. Sublinhou que será necessário reforçar significativamente a fiscalização, prevendo mais de duas dezenas de profissionais, de forma a garantir atuação abrangente em áreas como urbanismo, imigração e outras competências municipais. Considerou que, perante a necessidade de reforço do quadro de pessoal, as contratações devem basear-se nas competências, capacidades e experiência dos candidatos, e não em critérios como filiação partidária ou relações de amizade. Sublinhou que a despesa com pessoal será sempre justificada se os profissionais forem selecionados de forma adequada e direcionados às funções que lhes competem, enquanto será inadequada se prevalecerem critérios de amiguismo ou outros similares. Acrescentou que, mesmo antes da campanha eleitoral, a análise do quadro pessoal indicava a necessidade de reforço, incluindo o aumento de salários para as categorias em falta, o que implicaria naturalmente uma subida do quadro de pessoal. Considerou ainda que o executivo atual tem capacidade para realizar obras, destacando que a Câmara Municipal de Montijo se encontra entre as dez câmaras municipais menos endividadas do país. Sublinhou que, embora não tenha sido executada obra recentemente, a ausência de dívida cria



7
R

uma oportunidade financeira que deve ser aproveitada para implementar projetos e resolver problemas dos munícipes. Comparou a situação da dívida da Câmara Municipal de Montijo com a da Câmara Municipal de Oeiras, destacando que o concelho dispõe de margem para investimento. Alertou, no entanto, que é necessário gerir esta capacidade de endividamento de forma prudente, de modo a evitar que no futuro haja obra sem controlo ou acumulação de dívida. Referiu que, não sendo este orçamento da responsabilidade do seu partido, relativamente à questão do equilíbrio entre receitas e despesas, existe atualmente a utilização de recursos de gerência como mecanismo contabilístico para que o saldo seja nulo, evitando-se assim um orçamento deficitário. Considerou que, tratando-se de um primeiro orçamento, a expectativa é que no segundo orçamento se ajustem receitas e despesas de forma a que, no final do ano, o orçamento esteja equilibrado. Acrescentou que evita emitir juízos de intenção sobre decisões de outros, preferindo criticar atos concretos com base nas competências disponíveis e na qualidade das decisões tomadas. Referiu ainda que, no seu período anterior de atividade, existiam três projetos PRR em curso, geridos por vinte e dois técnicos, sendo frequente que processos enviados à União Europeia regressassem por falhas na execução. Sublinhou que, num município da dimensão do Montijo, uma única pessoa responsável pelo PRR não consegue dar resposta a todos os processos, mesmo tratando-se de alguém com elevada competência. Destacou a importância de um quadro de assessoria adequado para apoiar quem decide, salientando que a lei prevê responsabilidades específicas para quem assessora, de forma a evitar que decisões mal fundamentadas resultem em penalizações, reforçando a necessidade de que os decisores estejam devidamente apoiados e informados. Considerou que, no contexto atual, a Câmara Municipal carece de técnicos especializados, sendo necessário recorrer a recursos externos para colmatar esta lacuna, uma situação conhecida por todos. Acrescentou que prefere que as contratações sejam feitas diretamente pelo Município, incorporando estes profissionais no quadro de pessoal em vez de recorrer a serviços externos, pois isso reforçaria a capacidade institucional da Câmara para realizar obras e tomar decisões de forma autónoma. Alertou que a contratação externa, em regime de outsourcing, resulta em custos mais elevados para o Município. Salientou que, tratando-se de um primeiro orçamento, não existiam alternativas à solução adotada para este ano, mas que no próximo ano haverá oportunidade de optar por uma solução diferente, ressalvando que muitos técnicos qualificados dificilmente aceitam integrar a função pública devido à diferença salarial face ao setor privado. Salientou que considera preferível ter os técnicos especializados a trabalhar internamente na Câmara, em vez de depender de



recursos externos ou de técnicos que possam atuar em interesses alheios, sublinhando que a integridade profissional depende de ética pessoal e não do local onde se exerce a função. Referiu que, neste ano, a ausência de pessoal especializado impossibilitou a contratação interna, mas que, para o próximo ano, será necessário reforçar o quadro de pessoal de forma adequada. Reiterou que, conforme resultou da reunião do Estatuto de Oposição, o orçamento atualmente em análise é um orçamento inicial, prevendo-se que daqui a cerca de três meses seja preparado um outro orçamento, permitindo reuniões individuais com grupos parlamentares e juntas de freguesia para apresentação de propostas. Destacou que este segundo momento orçamental permitirá observar com clareza a estratégia do executivo, podendo então avaliar diferenças em relação ao orçamento anterior e emitir críticas ou elogios consoante a execução e as opções apresentadas. Por fim, relativamente ao mapa de pessoal, colocou a questão sobre se o mapa de pessoal apresentado corresponde apenas ao número de trabalhadores atualmente em funções ou se já integra as necessidades futuras de contratação do município, permitindo identificar eventuais postos de trabalho por preencher. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, **Fernando Caria**, referiu que, conforme discutido na reunião do Estatuto de Oposição, o que foi então acordado encontra-se registado. Salientou que, perante os cinco ou seis partidos presentes, foi confirmado que o orçamento atualmente em análise é da responsabilidade do executivo, cumprindo os compromissos previamente assumidos relativamente ao condicionalismo discutido nessa reunião. Explicou que o calendário de elaboração do orçamento foi apertado, pelo que o mesmo teve de ser apresentado na sessão de câmara até finais de janeiro e enviado, durante o mês de janeiro, para a Assembleia Municipal, que agendará a sua reunião conforme considerar adequado. Referiu que, nesse contexto, o executivo manteve conversações com os grupos parlamentares, visando ouvir contributos que fossem efetivamente exequíveis, os quais poderiam ser incorporados no orçamento, desde que alinhados com o programa do movimento “Montijo com Visão e Coração” e com as prioridades definidas durante a campanha eleitoral. Acrescentou que o orçamento será elaborado com base no programa do executivo, mas garantiu que os contributos recebidos, desde que exequíveis e compatíveis com os planos financeiros do Município, não serão desconsiderados, devendo ser incorporados nas futuras revisões do orçamento, a discutir novamente com os grupos parlamentares num momento oportuno. Relativamente ao pessoal, afirmou que, quanto maior for a qualificação dos colaboradores, melhor será para o Município. Contudo, sublinhou que não é viável integrar no quadro pessoal funções de caráter



temporário, exemplificando um determinado estudo de requalificação da zona ribeirinha, uma vez concluído, a função deixaria de ser necessária. Caso alguém fosse contratado para tal, permaneceria no quadro sem ter trabalho para desempenhar, tornando-se assim desnecessário. Referiu que é necessário conjugar todas as situações, reconhecendo a validade da observação do senhor vereador quanto à necessidade de colaboradores mais qualificados nas áreas jurídica, de urbanismo, de arquitetura e de fiscalização. Adiantou que, no próximo orçamento, essas necessidades poderão ser mais acentuadas, citando como exemplo a criação de uma polícia municipal responsável pela fiscalização. Salientou, contudo, que existem outros temas a abordar futuramente. Ressaltou que algumas medidas não podem ser implementadas no orçamento atual devido às limitações já mencionadas, mas assegurou que o orçamento futuro será elaborado de acordo com as pretensões do executivo e o planeamento previsto para o ano de 2026. Afirmou concordar com o senhor vereador e reiterou que o tema já havia sido discutido na reunião do estatuto de oposição, na qual houve o compromisso de que o orçamento atual praticamente não valeria a pena discutir em profundidade, dado o seu caráter inicial e as limitações de tempo. Esclareceu que o trabalho mais completo de elaboração e discussão será feito no próximo orçamento. Agradeceu a intervenção do senhor vereador e reforçou que, apesar de este orçamento ter sido elaborado dentro de um prazo muito apertado, trata-se do orçamento vigente para o ano em curso, e será trabalhado até à sua próxima revisão. -----

O Senhor Vereador Carlos Almeida, no uso da palavra, disse que a preocupação com as receitas diz respeito sobretudo às receitas futuras. Explicou que, embora atualmente existam recursos suficientes face ao plano de investimento e às despesas correntes, é necessário projetar e planear a médio e longo prazo, garantindo sustentabilidade financeira nos próximos anos. Reforçou que, apesar das limitações de pessoal e de fiscalização, todos os membros da Câmara trabalham com o objetivo de melhorar o concelho para a atual e futuras gerações. -----

A Senhora Vereadora Carla Ferreira, no uso da palavra, dirigiu-se ao Senhor Vereador Pedro Vieira, manifestando apreço pelo seu discurso e afirmando que, caso as propostas apresentadas se concretizem, será a primeira a congratulá-lo. Contudo, frisou que, residindo no Montijo desde 2005, nunca testemunhou melhorias significativas e que, sendo uma cidadã ativa, tem conhecimento dos obstáculos existentes, nomeadamente na área da construção. Reforçou que os comentários e questões apresentados refletem a preocupação dos vereadores, lembrando que o Senhor Presidente exerceu vários anos como Presidente da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, freguesia da qual ela é residente.



Destacou que as questões levantadas têm como objetivo evitar a repetição de práticas anteriores e promover mudanças concretas. Relatou uma experiência pessoal referente à piscina municipal, mencionando que, em 2009, após uma cirurgia, não pode utilizá-la devido às condições inadequadas, tendo sido obrigada a deslocar-se a Alcochete. Salientou que a sua intervenção visa questionar práticas anteriores e assegurar que não se repitam erros, destacando a necessidade de mudanças concretas. Reforçou que, embora o grupo apoie iniciativas de mudança, continuará atento e crítico, caso seja necessário. -----

O Senhor Vereador Ilídio Massacote, no uso da palavra, cumprimentou as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os trabalhadores municipais e o público presente, incluindo os que acompanhavam a sessão através das plataformas digitais. Em resposta ao Senhor Vereador Carlos Anjos, relativamente ao Mapa de Pessoal, esclareceu que o mapa de pessoal foi elaborado com a participação de todos os serviços municipais, em articulação com a chefia da Divisão de Recursos Humanos, tendo sido auscultadas as respetivas necessidades. Referiu que o mapa não contempla a totalidade das necessidades identificadas, uma vez que, caso fossem consideradas na íntegra, implicariam um aumento significativo do quadro de pessoal e do orçamento municipal. Acrescentou que foi efetuada uma racionalização equilibrada das necessidades mais urgentes para o presente ano, prevendo-se a monitorização da sua execução e, se necessário, a retificação do mapa em exercícios futuros. Sublinhou ainda que foram consideradas as necessidades ao nível de técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, com o objetivo de melhorar o funcionamento dos serviços municipais. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria com: quatro votos a favor, três do MVC e um do PSD e três abstenções, duas do CHEGA e uma do PS. -----

O Senhor Vereador Carlos Almeida, no uso da palavra, ditou uma **declaração de voto**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“O partido Chega vota abstenção contra este orçamento. Caso venha a ser apresentado um orçamento diferente, responsável e verdadeiramente alternativo, cá estaremos para o apoiar.”. -----

O Senhor Vereador Pedro Vieira, no uso da palavra, apresentou uma **declaração de voto**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“No que se refere à proposta para o Orçamento Municipal, Plano Orçamental Plurianual (2026-2030), Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoa apresentados para o ano de 2026, tem-se a referir o seguinte: -----

A proposta apresentada reflete as necessidades iniciais para o presente ano, e encontrando-se limitada apresentado por um executivo que tomou posse há



menos de 3 meses, definido assim essencialmente as necessidades prementes identificadas pelos serviços, bem como incorporando já algumas necessidades decorrentes da ação do atual executivo. -----

No que respeita aos pelouros por mim administrados, na área da habitação este orçamento acomoda as ações atualmente em curso, bem como as cuja ativação se demonstra mais urgente, salientando-se a reabilitação de fogos devolutos o início da construção de mais fogos municipais, ampliando a oferta de habitação, facto que não se realizava há mais de 20 anos, tornando assim possível o início da empreitada de construção de fogos candidatados no âmbito do PRR, e cuja execução possa transitar para o âmbito do mecanismo de financiamento decorrente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 129/2024 e enquadramentos legais subsequentes. Desta forma, será possível integrar o desenvolvimento outras ações futuras para construção de fogos promovidos pelo município, há muito propagandeadas, mas de facto nunca efetivadas pelo executivo anterior. -----

Atualmente, já foi desencadeado o processo visando a conclusão da Carta Municipal da habitação, que será submetida a aprovação a este órgão ainda este ano, bem como se prepara a revisão da Estratégia Local de Habitação, de modo a ter as ferramentas necessárias para concorrer aos mecanismos de financiamento existentes, bem como aqueles que se estão em preparação em conjunto pelo Estado Central, Banco Português de Fomento e BEI. -----

Estamos igualmente a iniciar o processo para o Loteamento do espaço da Antiga Fábrica do Izidoro, prevendo a sua vocação para Habitação a Custo Acessível, incluindo também espaços para albergar diversas valências necessárias do município ao serviço da população. -----

Finalmente, está em germinação o processo de lançamento de mais oferta de habitação para arrendamento acessível, permitindo o acesso à habitação às famílias que têm rendimentos mais limitados provenientes do produto do seu trabalho. Aqui se enquadram parcerias de toda a latitude das quais se salientam o fomento de cooperativas de habitação a desencadear no âmbito de um programa de habitação específico para esse efeito, e que decorrerá dos documentos estratégicos e financiamento agora apresentados. -----

No âmbito do Planeamento e Ordenamento do Território, iniciou-se já o processo de requalificação da Frente Ribeirinha e corredor verde, encontrando-se em fase de projeto, estando em preparação o início de outros instrumentos de planeamento para ampliar a Frente Ribeirinha, o desenvolvimento urbano e a requalificação do centro Histórico da cidade do Montijo e outros processos de planeamento local em diversas Freguesias, ampliando a regeneração urbana dos espaços mais característicos da identidade do nosso concelho, enquadrando a



reabilitação de imóveis devolutos nas diversas localidades, ampliando as soluções de habitação e promovendo também a dignificação e fixação do comércio tradicional, de há muito esquecido. -----

Ponto chave do atual mandato é o compromisso em encerrar o capítulo da interminável da Revisão do Plano Diretor Municipal, cujo desfecho se prevê para este ano de 2026, por imperativo legal. -----

Atualmente o PDM está numa fase de readequação para incorporação da definição da nova localização do aeroporto, bem como considerar alguns ajustes necessários para incorporar objetivos programáticos estratégicos do atual executivo municipal, e que enquadrando necessidades urgentes, desde logo o espaço canal para a 2.ª ligação à Ponte Vasco da Gama, a nova Frente Ribeirinha concretizando melhores acessos ao Centro, o desenvolvimento da mobilidade nas diversas freguesias, e a definição de um local para um Campus dedicado à Saúde, e opções para fomento da habitação e atividades económicas. -----

Finalmente e no que se refere à melhoria da relação do município com os cidadãos, não poderia deixar de salientar o “reset” feito ao Gabinete de Atendimento ao Múncipe, reiniciando praticamente do zero a forma de tratamento interno da informação, coordenando a resposta às questões e comunicações externas com o município, que se pretende mais célere, transparente e eficaz, a iniciar no próximo mês de fevereiro de 2026. -----

Este orçamento traduz assim a realidade transformadora iniciada pelo atual executivo, que tomou posse em novembro de 2026, e que em menos de 3 meses colocou no alto da fasquia as necessidades concretas da nossa população, das atividades económicas e dos funcionários municipais, todos colaborando em conjunto para um Montijo mais justo, solidário, atrativo e muito ambicioso por um Futuro próximo com Melhor Qualidade de Vida. Não podemos perder mais oportunidades! -----

Porque o Montijo Merece Sempre Mais, votámos favoravelmente o presente orçamento municipal.”. -----

II - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

1- PROPOSTA N.º 102/2026 - 2ª PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA DE SARILHOS GRANDES”; LOCAL: SARILHOS GRANDES, CONCELHO DO MONTIJO; OBRA: CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA DE SARILHOS GRANDES; PROCESSO: F-79/2023 -----

ENQUADRAMENTO: -----

- Por deliberação de câmara em reunião de 15 de novembro de 2023, titulada pela Proposta n.º 845/2023, foi aprovada a decisão de contratar e de



f
R

autorização de despesa do procedimento por Concurso Público para a execução da empreitada Construção da Casa Mortuária de Sarilhos Grandes, nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 16.º conjugado com a alínea b) do artigo 19.º e do artigo 130.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, doravante designado por CCP; -----

- Por deliberação de câmara em reunião de 12 de junho de 2024, titulada pela Proposta n.º 1136/2024, foi adjudicada a empreitada de Construção da Casa Mortuária de Sarilhos Grandes, à empresa Santavares- Empreiteiros Lda., pelo valor de 291.201,02 € (duzentos e noventa e um mil, duzentos e um euros e dois cêntimos) a acrescer o IVA à taxa legal em vigor, tendo sido assinada a Consignação dos trabalhos a 23 de julho de 2024, os quais apresentam um prazo de execução de 270 dias; -----

- Por deliberação de câmara em reunião de 18 de setembro de 2024, titulada pela Proposta n.º 1275/2024, foi aprovado o auto de suspensão dos trabalhos por motivo da realização das sondagens preliminares arqueológicas de diagnóstico ao nível do subsolo, que revelaram estruturas que carecem de caracterização arqueológica, sendo necessário proceder a estudos com maior profundidade, dando origem a um relatório técnico que terá sido submetido à apreciação e parecer da tutela, foi considerado um período previsível de 90 dias; -----

- Por deliberação de câmara em reunião de 8 de janeiro de 2025, titulada pela Proposta n.º 1419/2024, foi aprovado o Auto de recomeço dos trabalhos, por motivo dos trabalhos arqueológicos (sondagem) realizados no âmbito do projeto de construção da capela mortuária no Largo da Igreja e na Rua Machado Santos, em Sarilhos Grandes, ter merecido parecer favorável por parte do Património Cultural; -----

- Por deliberação de câmara em reunião de 5 de fevereiro de 2025, titulada pela Proposta n.º 1445/2025, foi aprovado a alteração da nomeação da equipa de fiscalização; -----

- Por deliberação de câmara em reunião de 07 de novembro de 2025, titulada pela Proposta n.º 17/2025, foi aprovado a Ratificação do ato da Senhora Presidente da Câmara formalizado no despacho de 3 de outubro, referente à Prorrogação do prazo de execução da empreitada de “Construção da Casa Mortuária de Sarilhos Grandes”; -----

CONSIDERANDO QUE: -----

- Os trabalhos da empreitada em causa não foram concluídos no prazo previsto;
- O adjudicatário apresentou um pedido de prorrogação de prazo por um período de 30 dias, por constrangimentos que considera que lhe são inimputáveis, nomeadamente: -----



- *registo de condições meteorológicas, particularmente adversas, na zona da empreitada que impossibilitaram o normal desenvolvimento dos trabalhos; ---*
- *dificuldade, por parte do SMAS, na execução do ramal de água e de saneamento, colocando em causa a conclusão dos trabalhos de arranjos exteriores. Tarefa esta, que se situa no caminho crítico da empreitada. -----*

- Analisados os elementos apresentados, a fiscalização concordou com o pedido de prorrogação da empreitada face ao explanado pelo adjudicatário; -----

Nestes termos, PROPÕE-SE que o Executivo Municipal delibere aprovar: ---

1. Aprovar a concessão de uma prorrogação de prazo de execução da empreitada de “Construção da Casa Mortuária de Sarilhos Grandes” pelo período de 30 dias, sem quaisquer encargos financeiros para ambas as partes. -

2. Que a presente deliberação seja publicitada, nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

A Senhora Vereadora Carla Ferreira, no uso da palavra, ditou uma **declaração de voto**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Relativamente à declaração de voto que faço, vou acreditar que se trata efetivamente de uma falta de pessoal, conforme já foi mencionado, nomeadamente a necessidade de arquitetos e engenheiros. Vamos acreditar que esta situação será levada a bom porto. No entanto, não posso deixar de referir que esta já é a segunda prorrogação desde o início do mandato, o que revela falhas sérias. Ainda assim, e mantendo esse voto de confiança, acredito que, com a contratação de engenheiros, arquitetos e outros fiscais e técnicos que se revelem necessários, será possível levar este processo a bom porto. Aproveito para salientar que não podemos continuar com um PDM em vigor desde 1997. Por isso, vamos dar aqui o voto. É um voto de confiança.”. -----

2- PROPOSTA N.º 103/2026 - APROVAÇÃO DA SEGUNDA ADENDA DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTIJO E A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA RECOLHABIO - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE RECOLHA SELETIVA DE BIO RESÍDUOS 2023-2024” -----

Considerando que: -----

A Área Metropolitana de Lisboa assinou com o Fundo Ambiental uma adenda ao protocolo de colaboração técnica e financeira de 2023-2024, considerando que:

- Foi identificada a dificuldade dos municípios concluírem a execução das ações/projetos assumidos no prazo previsto, quer por questões ligadas à



demora nos procedimentos de contratação pública, quer por dificuldades dos fornecedores na entrega atempada de equipamentos e outros bens ou serviços;
- A distribuição da verba por município e CIM/AM, em 2023, foi calculada de forma proporcional, em função da verba total disponível e das taxas de gestão de resíduos (TGR) efetivamente pagas por município (em 2022). De igual forma se procedeu para a distribuição da verba no âmbito do programa Recolha Bio de 2024; -----

- Foi autorizada a prorrogação da execução do programa RecolhaBio 2023 e RecolhaBio 2024, até 30 de setembro de 2026 para apresentação do Relatório da AML. -----

Neste seguimento, a Área Metropolitana de Lisboa apresentou aos Municípios segunda adenda ao contrato celebrado com alteração da Cláusula 2.ª, do n.º 1 da Cláusula 5.ª, Cláusula 7.ª e a Cláusula 11.ª, do contrato de financiamento celebrado entre o município e a Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito do Programa RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de Bio Resíduos”, assinado em 6 de junho de 2024, alterado pela Adenda assinada em 27 março de 2025, e que junto se anexam. -----

PROPONHO, que a Câmara Municipal delibere: -----

1) A aprovação da segunda Adenda do contrato de financiamento celebrado entre o município e a Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito do Programa RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de Bio Resíduos 2023-2024”, assinado em 6 de junho de 2024, alterado pela Adenda assinada em 27 março de 2025, cuja cópia se junta e aqui se dá por integralmente reproduzida. -----

2) Notificar a Área Metropolitana de Lisboa da deliberação tomada. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

3- PROPOSTA N.º 104/2026 - APROVAÇÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTIJO E A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA RECOLHABIO - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE RECOLHA SELETIVA DE BIO RESÍDUOS 2025” -----

Considerando que: -----

O Fundo Ambiental tem por finalidade apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade, financiando entidades,



atividades ou projetos que cumpram os objetivos enunciados no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, na sua atual redação; -----
Nos termos dos artigos 114.º e 115.º do Regime Geral da Gestão de Resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua redação atual, parte das receitas decorrentes da cobrança da taxa de gestão de resíduos é transferida para o Fundo Ambiental para aplicação em “projetos na área dos resíduos e da economia circular”, devendo o despacho previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, estabelecer apoios financeiros aos municípios; -----

A distribuição da verba por município e CIM/AM foi efetuada com base nos valores de taxas de gestão de resíduos (TGR) efetivamente pagas em 2022. O reembolso calculado, por município, é uma percentagem da receita que resultou do aumento da TGR, correspondendo ao Município de Montijo um montante máximo de 247 346,00 € (Duzentos e quarenta e sete mil e trezentos e quarenta e seis euros). -----

A taxa de apoio é de até 100%, incidindo sobre o total das despesas elegíveis. -
O referido contrato tem por objeto a atribuição do apoio financeiro à execução de projetos no âmbito da Gestão de Resíduos e Transição para uma Economia Circular, direcionados ao Programa “RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos”, de acordo com o Quadro 4 do Despacho n.º 3495-C/2025, publicado no Diário da República n.º 52, 2ª série, de 14 de março, na sua redação atual. -----

Este Programa, contempla o financiamento de projetos ou de iniciativas que promovam a capacitação dos municípios por forma a aumentar a recolha seletiva de biorresíduos ou a reciclagem na origem, incluindo infraestruturação e aquisição de equipamentos associados a esse serviço e, subsidiariamente, a sensibilização dos utilizadores para melhorar as suas práticas, sendo assim benéfico ao Município do Montijo. -----

PROPONHO, que a Câmara Municipal delibere: -----

- 1) A aprovação da celebração de contrato de financiamento a celebrar entre o Município de Montijo e a Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito do Programa RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de Bio Resíduos 2025”, cuja cópia se junta e aqui se dá por integralmente reproduzida.
- 2) Notificar a Área Metropolitana de Lisboa da deliberação tomada. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----



Handwritten signature

III - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO -----

**1- PROPOSTA N.º 105/2026 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2026: -
GRANDES OPÇÕES DO PLANO: PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS,
ATIVIDADES MAIS RELEVANTES, ORÇAMENTO, ORÇAMENTO E PLANO
ORÇAMENTAL PLURIANUAL E MAPA DE PESSOAL E ANEXOS - PERFIL DE
COMPETÊNCIAS E PLANO DE RECRUTAMENTO -----**

Proponho que: -----

- A Câmara Municipal delibere aprovar a deliberação do Conselho de Administração de 14/01/2026, titulada pela proposta n.º 04/26, que se anexa e se dá por reproduzida, nos termos e pelos fundamentos dela constantes, e posteriormente enviar à Assembleia Municipal, para aprovação. -----

“Considerando que: -----

Nos termos do estipulado na alínea d) do artigo 13.º, conjugada com o n.º 1 do artigo 16.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, e de acordo com os artigos 28.º a 31.º da Lei Geral do Trabalho Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como com os artigos 44.º a 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, na sua redação atual e de acordo com o previsto no n.º 46 do ponto 11 da NCP 26, aprovado pelo Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelos Decretos Lei n.ºs 85/2016 e 33/2018, de 21 de dezembro e 15 de maio, apresentam-se para apreciação e aprovação os Documentos Previsionais para 2026 - Grandes Opções do Plano: Plano Plurianual de Investimentos, Atividades Mais Relevantes, Orçamento, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual, Mapa de Pessoal e Anexos - Perfil de competências e Plano de Recrutamento. -----

Face ao exposto, propõe-se, com os fundamentos expressos, que o Conselho de Administração, delibere: Aprovar os Documentos Previsionais e respetivos pressupostos que presidiram à sua elaboração, enviando-os, à aprovação da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na versão atual, e do n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na versão atual, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na versão atual, e alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na versão atual.”. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento) -----



O Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Fernando Caria**, leu uma **declaração**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“ORÇAMENTO DOS SMAS PARA 2026 -----

Este Orçamento foi realizado com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de novembro. -----

No total, o orçamento previsto para 2026, apresenta um valor de € 8.175.856, superior em € 444.284 relativamente ao previsto para 2025. -----

O Orçamentos dos SMAS, estabelece, as grandes opções estratégicas e de gestão do Conselho de Administração para o ano de 2026, refletindo os objetivos operacionais, financeiros e de investimento definidos para o setor de abastecimento de água e do saneamento. -----

A receita prevista no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, assenta na atualização da tabela tarifária para 2026. Esta nova estrutura tarifária já foi submetida à Entidade Reguladora - ERSAR. Prevê-se um aumento nas tarifas da água, saneamento e na prestação de serviços decorrente da taxa de inflação prevista no Boletim Económico de junho de 2025 do banco de Portugal, remetido pela ERSAR de 1,8%. -----

Para além dos mapas de natureza orçamental previstos na NCP 26, os Documentos Previsionais de 2026 integram igualmente as demonstrações financeiras previsionais – Balanço Previsional, Demonstração – de Resultados por Naturezas Previsional e Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional – elaboradas nos termos da Norma Contabilística Pública n.º 1, parágrafo 17. A inclusão destas demonstrações decorre da Lei do Orçamento de estado para 2025, que deixou de prever a dispensa que, em, anos anteriores, afastava a obrigatoriedade da sua apresentação. -----

Para além do cumprimento das obrigações legais e contabilísticas, a opção pela apresentação destes mapas traduz uma aposta clara no reforço da transparência, da qualidade do planeamento económico-financeiro e da coerência entre a dimensão orçamental e a dimensão patrimonial e financeira, particularmente relevante numa entidade com forte intensidade de capital e ciclos de investimento de longo prazo. -----

RECEITA -----

As rubricas com alterações mais significativas são as seguintes: -----

- A rubrica 0401239999 - Taxas - Outras, que reflete a receita da Taxa de recursos hídricos particulares e empresas. -----
- A rubrica 0701110201 - Venda de água, aumentou 226.419€, relativamente ao ano anterior, ficando com o montante de 3.438.373,00€. O valor para 2026 foi calculado com base nas regras previstas no POCAL e a este valor foi aplicada a



f
R

recomendação da ERSAR da taxa publicada pelo Banco de Portugal no Boletim Económico de junho de 2025; -----

- A rubrica 0702090102 - tarifa de saneamento, aumentou 167.522€ relativamente à previsão inserida no orçamento de 2025, ficando com o montante de 4.324.366€. O valor para 2026 foi calculado com base nas regras previstas no POCAL e a este valor foi aplicada a recomendação da ERSAR da taxa publicada pelo Banco de Portugal no Boletim Económico de junho de 2025;

PPI -----

As grandes opções foram identificadas com base na estratégia dos SMAS e os objetivos a alcançar, pelo que se referem essencialmente a obras que terão impacto na melhoria da qualidade de vida das populações. -----

A nível do abastecimento de água importa reforçar os atuais sistemas dotando-os de alternativas que garantam a segurança do abastecimento às populações quer no que se refere à sua distribuição com condições de pressão e caudal adequadas, quer no que se refere à qualidade da água distribuída. -----

A nível dos sistemas de saneamento importa continuar a investir na remodelação e adequação da rede existente bem como na separação da rede pluvial, em zonas identificadas como prioritárias, bem como continuar o investimento na preservação das infraestruturas existentes. -----

Afim de uma maior eficiência foram incluídos trabalhos diversos de pavimentação de travessias, de forma a que as travessias efetuadas no âmbito da execução de ramais possam ser rapidamente regularizadas. -----

(Considerou-se um montante não definido, Recuperação do refeitório dos trabalhadores dos serviços municipalizados (80.000€ - financiamento não definido), a Remodelação da rede de abastecimento de água Afonsos - Craveiras (60.000€ - financiamento não definido), Nova célula apoiada do Pólo do Corte das Cheias (800.000€ financiamento não definido), Nova Conduta Adutora de Ligação entre a Nova captação (F33) e o Reservatório Elevado R11 - Pegões Velhos (200.000€ - financiamento não definido), remodelação de coletores no pocinho das nascentes (235.000€ - financiamento não definido), a remodelação da reabilitação do reservatório R2 -Atalaia (100.000€ - financiamento não definido) e a remodelação da rede. -----

DESPESA -----

- As despesas com pessoal aumentaram em cerca de 471.270,00€ ao valor previsto no orçamento do ano anterior, que reflete o aumento do salário mínimo nacional, os aumentos previstos para a função pública e o recrutamento de novos trabalhadores. -----

A rubrica 02 - Aquisição de bens e serviços representa 51,97% da despesa corrente. -----



- A rubrica 02.01.21 - Outros bens, aumentou cerca de 20.000€, decorrente da abertura de procedimento de material de armazém; -----
 - A rubrica 02.02.03.02 - exploração de saneamento aumentou cerca de 8.900€, decorrente da abertura de procedimento de limpeza de fossas e desobstrução de coletores; -----
 - Na rubrica 020220 - Outros trabalhos especializados, considerou-se 7 meses de faturas da Simarsul, Saneamento da Península de Setúbal, SA (o valor considerado com a Simarsul ascende ao montante de cerca 290.000€ cada fatura, num total de 7 faturas consideradas); -----
- De salientar que esta rubrica reflete também uma previsão referente aos seguintes serviços, Análises laboratoriais, Envio de correspondência/envelopagem, fatura eletrónica e o finishing, Calibração dos equipamentos de monitorização e medição, Cortes de fornecimento de água e substituição de contadores, Outros serviços (diversos). -----
- Esta rubrica representa 31,52% da despesa corrente de água Montijo (40.000€ não definido, diz respeito a um processo da Blackeagle). -----

Atividades Mais Relevantes -----

O Plano de atividades Mais Relevantes nos Serviços Municipalizados, tem rubricas para fazer face a duas despesas correntes de extrema importância para os serviços, que é o **fornecimento de energia e recolha de efluentes domésticos em fossas sépticas e reservatórios**). -----

Mapa de Pessoal -----

O Mapa de Pessoal é composto, ainda, por um quadro resumo onde consta toda a informação referente aos cargos dirigentes e postos de trabalho ocupados, suspensos e necessários (onde se incluem as necessidades de pessoal para o ano de 2026) e respetivos totais. -----

O Plano de Recrutamento para o ano de 2026 integra as necessidades de recrutamento com identificação dos cargos dirigentes e postos de trabalho por carreira/categoria, área de formação académica, descrição de atribuições/competências/atividades e identificação da Divisão/Serviço a que se destinam. -----

Integra como anexo ao Mapa de Pessoal, o Perfil de competências e o plano de recrutamento.”. -----

A Senhora **Vereadora Carla Ferreira**, no uso da palavra, reconheceu que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Montijo necessitam de investimento, uma vez que este não tem acompanhado o crescimento da cidade, existindo problemas reais e persistentes de qualidade e pressão da água em várias zonas do concelho. Defendeu a necessidade de um investimento estrutural, da valorização dos trabalhadores e da adoção de uma visão



orientada para a modernização e eficiência dos serviços. Disse ainda que os problemas relacionados com a qualidade da água e com a presença de calcário se verificam há vários anos, manifestando a expectativa de que venham a ser introduzidas melhorias. -----

O Senhor **Vereador Carlos Almeida**, no uso da palavra, disse que tinha a expectativa de que o orçamento dos Serviços Municipalizados fosse mais audaz, tendo em conta os problemas graves e reais existentes. Disse ainda que esperava que o orçamento contemplasse, no presente ou em exercícios futuros, as transformações estruturais necessárias, defendendo uma maior ambição na correção dos problemas da rede, tanto na cidade como nas freguesias. Acrescentou ainda que o tema deveria ser retomado na discussão do próximo orçamento, por considerar urgente a melhoria da situação. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Fernando Caria**, reconheceu que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento se encontram numa situação difícil, facto já anteriormente abordado em sede própria, no cumprimento do Estatuto da Oposição. Referiu que, em conjunto com o orçamento camarário, serão apresentadas novidades relativamente ao futuro dos serviços, esclarecendo que se encontram atualmente em curso estudos que irão fundamentar as medidas a adotar. Sublinhou ainda que existe consenso quanto à necessidade de um investimento significativo nos serviços municipalizados, acrescentando que o tema será debatido em reuniões futuras, no âmbito da discussão orçamental, com vista à identificação das melhores soluções para garantir um funcionamento eficiente e um serviço de qualidade no concelho. -----

O Senhor **Vereador Pedro Vieira**, no uso da palavra, referiu que o atual executivo municipal se encontra em funções há pouco menos de três meses, pelo que o trabalho ainda se encontra em fase inicial. Salientou a importância da entrada do novo diretor delegado dos SMAS, cargo que se encontrava vago há vários anos, reforçando a coordenação e a boa gestão da atuação dos serviços. Acrescentou que os efeitos dessa entrada ainda não se encontram refletidos no orçamento, uma vez que o referido responsável iniciou funções há cerca de quinze dias. Disse acompanhar o que foi anteriormente referido, acrescentando que deverá existir um orçamento com uma dinâmica diferente, adequada às necessidades dos SMAS. Referiu que, embora os problemas sejam reconhecidos, é necessário proceder previamente a uma avaliação das necessidades e definir um plano de ação que permita resolver essas situações. Disse ainda que, ao nível do planeamento, existe articulação entre o município e os SMAS, e que, neste âmbito, existem várias interações entre o PDM e outros



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Livro 35

instrumentos de planeamento, no sentido de desenvolver uma ação mais eficaz. Referiu que determinadas intervenções resultam da atuação da Câmara, designadamente através da aprovação de projetos e da ocupação do território, tendo necessariamente reflexos na melhoria e no reforço dos sistemas. Salientou a necessidade de promover uma maior integração destes processos, uma vez que anteriormente a articulação não existia de forma estruturada, estando atualmente a ser desenvolvido trabalho nesse sentido. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Fernando Caria, reforçou que o diretor delegado dos SMAS se encontra em funções há vinte e seis dias e que, com a sua competência, está a desenvolver o planeamento necessário para identificar as melhores medidas a adotar, de modo a colocar os SMAS em condições adequadas de funcionamento, reconhecendo que atualmente o serviço não decorre de forma satisfatória. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria com: quatro votos a favor, três do MVC e um do PSD, uma abstenção do PS e dois votos contra do CHEGA. -----

Os textos das deliberações foram aprovados em minuta, nos termos da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 07 de novembro de 2025, titulada pela Proposta n.º 01/2025, tendo para o efeito sido assinadas pelo Senhor Presidente da Câmara e por quem as lavrou. -----

E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas e trinta e três minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

E eu, D.ª Cristina Antunes, Técnica Superior da Divisão de Administração Organizacional, a escrevi e assino. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal, -----

----- Fernando Caria -----